

ACTA NÚMERO 15/XII/1ª SL

18.Outubro.2011 – 15h00

Aos 18 dias do mês de Outubro de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**
- 2. Aprovação da acta**
- 3. Comunicações do Presidente**
- 4. Eleição da Vice-Presidente do PS**
- 5. Projecto de Lei n.º 77/XII/1ª - PCP - Garante a vinculação dos professores contratados e promove a estabilidade do corpo docente das escolas.**
 - **Apreciação e votação do parecer**
 - **Deputado autor do parecer:** Michael Seufert - CDS-PP
- 6. Projecto de Lei n.º 78/XII/1ª – BE - Condiciona a atribuição de subsídios e apoios públicos nas artes do espectáculo e do audiovisual ao cumprimento das leis laborais combatendo a precariedade.**
 - **Apresentação da iniciativa pelo autor**
 - Deputado autor do parecer: PS
 - Apreciação e votação do parecer: 25.Out.2011
- 7. Projecto de Lei n.º 83/XII/1ª - PCP - Concurso de ingresso e mobilidade de professores.**
 - **Apresentação da iniciativa pelo autor**
 - Deputado autor do parecer: PSD
 - Apreciação e votação do parecer: 02.Nov.2011
- 8. Projecto de Lei n.º 84/XII/1ª - BE - Cria o regime de vinculação dos professores contratados e estabelece o concurso de ingresso de professores para necessidades permanentes do sistema educativo.**
 - **Apresentação da iniciativa pelo autor**

- Deputado autor do parecer: PSD
- Apreciação e votação do parecer: 02.Nov.2011

9. Projecto de Lei n.º 87/XII/1ª -PCP - Define o regime jurídico da psicologia em contexto escolar, bem como o regime de contratação e colocação de psicologia com formação na área da psicologia educacional e profissionais das ciências da educação nos estabelecimentos públicos de ensino.

- **Apresentação da iniciativa pelo autor**
- Deputado autor do parecer: PS
- Apreciação e votação do parecer: 02.Nov.2011

10. Projecto de Resolução nº 104/XII/1ª - PCP - Realização de Auditoria para apuramento das irregularidades verificadas no concurso de colocação de professores por Bolsa de Recrutamento n.º 2

- Discussão

11. Petição n.º 43/XII/1ª - António Jorge Dias da Costa - Solicitam à Assembleia da República para que delibere no sentido de ser reconhecida a experiência profissional dos docentes com mais de 16 anos de serviço docente, actualmente posicionados no 4.º escalão, isentando-os da obrigatoriedade de terem aulas observadas.

- **Apreciação da Nota admissibilidade**
- Deputado autor do parecer: PSD
- Apresentação do Parecer: 29.Nov.2011

12. COM (2011) 427 - LIVRO VERDE sobre a distribuição em linha de obras audiovisuais na União Europeia - Rumo a um mercado único digital: oportunidades e desafios.

- **Votação do Parecer**
- **Deputada autora do parecer:** Maria José Castelo Branco - PSD

13. Regulamentação das leis de anteriores legislaturas

- Apreciação

14. Requerimento do BE que requer a audição dos responsáveis da Direcção-Geral de Arquivos, da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, do Organismo de Produção Artística, do Teatro Nacional D. Maria II, do Teatro Nacional São João, da Cinemateca Portuguesa, do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico e do Instituto dos Museus e da Conservação, para prestarem informações sobre as implicações da decisão do Governo de extinguir e fundir instituições, no âmbito do PREMAC.

- Apreciação e votação

15. Audiência à Comissão de Trabalhadores da RTP – 16H00

16. Plano de Actividades

17. Data da próxima reunião

25 de Outubro de 2011 – 15h00
26 de Outubro de 2011 – 10h00

-

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A deputada Ana Drago (BE) pediu o adiamento para a próxima reunião do ponto 6 da Ordem do Dia – Apresentação do Projecto de Lei n.º 78/XII, do BE, *Condiciona a atribuição de subsídios e apoios públicos nas artes do espectáculo e do audiovisual ao cumprimento das leis laborais combatendo a precariedade* – por não estar presente a deputada autora da iniciativa. Nessa sequência foi deliberado que a apresentação será feita na reunião do próximo dia 25 e a apreciação do respectivo parecer na do dia 26.

Por outro lado o deputado Amadeu Albergaria (PSD) solicitou a antecipação da apreciação do ponto 12 – Votação do parecer sobre a *COM (2011) 427 - LIVRO VERDE sobre a distribuição em linha de obras audiovisuais na União Europeia - Rumo a um mercado único digital: oportunidades e desafios* - por a deputada autora do mesmo ter de se ausentar, tendo sido consensualizado que o mesmo passaria a ser o ponto 5.

Com estas alterações, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

Entretanto a deputada Maria Gabriela Canavilhas (PS) informou que na sequência da audição do Secretário de Estado da Cultura e das afirmações deste em relação ao parecer jurídico desfavorável respeitante ao Gabinete de Exportação da Música Portuguesa, recebeu um email do Presidente do Conselho da Administração da Sociedade Portuguesa de Autores (que se anexa à acta) em que se explica a posição desta entidade. Nesta sequência, solicitou a distribuição desse elemento por todos os deputados, o que foi feito.

2. Aprovação da acta

A acta da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente da Comissão informou que a audição da Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, por requerimento do PCP, para prestar esclarecimentos sobre os cursos “Educação e Formação de Adultos” (EFA) e os Programas Português para Todos (PPT), terá lugar no dia 26 de Outubro, às 10h00.

3.2. Pedidos de audiências

Na sequência do pedido de audiência da CNIPE - Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação – foi consensualizado recebê-la em reunião da Comissão, agendando-a para o próximo dia 25 de Outubro.

Em relação aos pedidos de audiência da FAJUDIS – Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém - e do Sindicato dos Músicos, foi consensualizado que os mesmos serão recebidos por um deputado da lista de “deputado-piloto”, cabendo a primeira ao PS e a segunda ao CDS-PP.

O Presidente da Comissão referiu a distribuição do Relatório da audição do peticionário da Petição n.º 23/XII/1ª, que *solicita que seja alterado o tarifário em vigor para visitas aos monumentos nacionais*, ninguém se tendo pronunciado.

3.3. Iniciativas legislativas

- ✓ O Presidente da Comissão informou que baixou em 13 de Outubro à CECC, como comissão competente e à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, o [Projecto de Lei n.º 86/XII/1.ª \(PCP\)](#) — *Altera o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude*.

A sua discussão no Plenário está agendada para 19 de Outubro (conjuntamente com o [PJL n.º 23/XII/1.ª \(PSD, PS e CDS-PP\)](#), sobre a mesma matéria, o qual teve parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (única Comissão a que baixou) e nota técnica.

Em face do exposto foi consensualizado não elaborar parecer da Comissão para o [Projecto de Lei n.º 86/XII/1.ª \(PCP\)](#), nem nota técnica.

- ✓ Foi também informado que baixou à CECC, em 17 de Outubro, o [Projecto de Lei n.º 91/XII/1ª \(BE\)](#) - *Torna obrigatória a publicação das listas de colocação ao abrigo da bolsa de recrutamento, quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro*

Consensualizou-se que a sua apresentação na Comissão terá lugar em 2 de Novembro, sendo o respectivo parecer (a elaborar pelo PCP) apreciado na reunião do dia 8 desse mês.

4. Eleição da Vice-Presidente do PS

Na sequência da comunicação do PS de que a deputada Odete João deixará de exercer funções como Vice-Presidente e indicando a deputada Ana Jorge para as mesmas, procedeu-se à respectiva eleição, tendo a mesma sido eleita com 17 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção.

5. COM (2011) 427 - LIVRO VERDE sobre a distribuição em linha de obras audiovisuais na União Europeia - Rumo a um mercado único digital: oportunidades e desafios.

O parecer, da autoria da deputada Maria José Castelo Branco (PSD), tinha sido apresentado na reunião anterior, tendo sido solicitado o adiamento da sua votação. Assim, procedeu-se à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

6. Projecto de Lei n.º 77/XII/1ª - PCP - Garante a vinculação dos professores contratados e promove a estabilidade do corpo docente das escolas.

O parecer foi apresentado pelo deputado Michael Seufert (CDS-PP), tendo sido aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

7. Projecto de Lei n.º 83/XII/1ª - PCP - Concurso de ingresso e mobilidade de professores.

O deputado Miguel Tiago (PCP) fez a apresentação do Projecto de Lei, referindo em síntese os seus 2 objectivos:

1. Determinar a abertura do concurso de mobilidade interna, o que não acontece há mais de 2 anos. Referiu ainda que o concurso não implica custos, para além dos da sua tramitação;
2. Proceder à alteração do Decreto-Lei n.º 51/2009, de 27 de Fevereiro, estabelecendo que as necessidades transitórias não podem manter-se por mais de 3 anos, sob pena de passarem a ser consideradas necessidades permanentes.

Não se verificaram outras intervenções. Cabendo a elaboração do parecer ao PSD, foi indicada para o efeito a deputada Margarida Almeida. A apreciação e votação do parecer terão lugar na reunião do próximo dia 2 de Novembro.

8. Projecto de Lei n.º 84/XII/1ª - BE - Cria o regime de vinculação dos professores contratados e estabelece o concurso de ingresso de professores para necessidades permanentes do sistema educativo.

A deputada Ana Drago (BE) fez a apresentação do Projecto de Lei, referindo, em síntese, que se propõe que seja seguida a legislação geral do trabalho, defendendo que os lugares relativos a horários completos que sejam desempenhados por mais de três anos correspondem a necessidades permanentes. Realçou também que é proposta a integração dos docentes no 1.º escalão da carreira em Setembro de 2012, sendo reclassificados em Janeiro de 2013, tendo em conta os anos de serviço que prestaram no sistema educativo.

Não se verificaram outras intervenções. Cabendo a elaboração do parecer ao PSD, foi indicada para o efeito a deputada Maria Ester Vargas. A apreciação e votação do parecer terão lugar na reunião do próximo dia 2 de Novembro.

9. Projecto de Lei n.º 87/XII/1ª -PCP - Define o regime jurídico da psicologia em contexto escolar, bem como o regime de contratação e colocação de psicologia com formação na área da psicologia educacional e profissionais das ciências da educação nos estabelecimentos públicos de ensino.

A deputada Rita Rato (PCP) fez a apresentação do Projecto de Lei, referindo, em síntese, que não há concursos para admissão de psicólogos desde 1997, verificando-se que neste momento existe um psicólogo para cada 3600 alunos e enquanto no ano lectivo anterior havia 400 psicólogos no total, este ano são só 200, pelo que não se percebe como vão ser desenvolvidas as medidas de combate ao insucesso escolar que o Governo preconiza. Salientou ainda que o recrutamento se destina a psicólogos com formação na área da psicologia educacional.

Não se verificaram outras intervenções. Cabendo a elaboração do parecer ao PS, foi indicada para o efeito a deputada Ana Jorge. A apreciação e votação do parecer terão lugar na reunião do próximo dia 2 de Novembro.

10. Projecto de Resolução nº 104/XII/1ª - PCP - Realização de Auditoria para apuramento das irregularidades verificadas no concurso de colocação de professores por Bolsa de Recrutamento n.º 2

O deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o Projecto de Resolução, tendo-se registado, de seguida, as intervenções dos deputados Michael Seufert (CDS-PP), Amadeu Albergaria (PSD), Acácio Pinto (PS) e por último novamente o deputado Miguel Tiago.

A síntese do debate consta de informação, que se encontra em anexo à presente acta.

11. Petição n.º 43/XII/1ª - António Jorge Dias da Costa - Solicitam à Assembleia da República para que delibere no sentido de ser reconhecida a experiência profissional dos docentes com mais de 16 anos de serviço docente, actualmente posicionados no 4.º escalão, isentando-os da obrigatoriedade de terem aulas observadas.

Apreciada a nota admissibilidade, a petição foi admitida.

Cabendo a elaboração do parecer ao PS, foi indicada para o efeito a deputada Rosa Arezes. A apreciação e votação do relatório final da petição terão lugar na reunião do dia 29 de Novembro.

12. Regulamentação das leis de anteriores legislaturas

Interveio o deputado Pedro Delgado Alves (PS) que, em síntese, referiu o seguinte:

1. A apresentação dos relatórios de regulamentação das leis por períodos estanques assentes no período da sessão legislativa prejudica a análise continuada e a evolução da matéria, pelo que seria preferível uma única informação global, que cobrisse o estado da regulamentação em cada momento;
2. Entende que não se deviam incluir as leis de autorização legislativa, defendendo que as mesmas conferem faculdades ao Governo, mas não o obrigam a legislar na matéria em relação à qual lhe foi atribuída autorização;
3. No caso das leis de alteração de leis anteriores, se houver um artigo sobre a regulamentação, deverá verificar-se se a mesma já existia anteriormente, não se tornando necessária nova regulamentação ou se a existente se mantém até à sua alteração;
4. Deverá encetar-se um diálogo acrescido com a Presidência do Conselho de Ministros, que segue normas muito desenvolvidas sobre a regulamentação das leis, adoptadas no âmbito do Programa Legislar Melhor.

Por último o Presidente da Comissão informou que as questões colocadas serão levadas ao conhecimento da Conferência dos Presidentes das Comissões.

13. Requerimento do BE que requer a audição dos responsáveis da Direcção-Geral de Arquivos, da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, do Organismo de Produção Artística, do Teatro Nacional D. Maria II, do Teatro Nacional São João, da Cinemateca Portuguesa, do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico e do Instituto dos Museus e da Conservação, para prestarem informações sobre as implicações da decisão do Governo de extinguir e fundir instituições, no âmbito do PREMAC.

O requerimento foi apresentado pela deputada Ana Drago (BE) que justificou a audição das entidades em causa com o facto de o Secretário de Estado da Cultura ter revelado que estas entidades serão objecto de extinção ou fusão no âmbito do PREMAC, não tendo as mesmas sido ouvidas sobre essas alterações, para além de não existirem também pareceres ou estudos sobre esta matéria, que permitam conhecer o impacto das medidas.

Assim sendo, defendeu que os responsáveis das instituições poderão transmitir informações sobre as funções que desempenham e sobre as implicações das alterações que são propostas, propondo a concentração de todas as audições em dois dias consecutivos.

De seguida interveio a deputada Gabriela Canavilhas (PS) que referiu que, em princípio, são favoráveis a todas as audições e, por outro lado, a vinda dos responsáveis destas instituições

permitirá obter informações muito importantes, referindo a título pontual a confusão entre a Torre do Tombo e a Direcção Geral de Leitura.

As deputadas Conceição Pereira (PSD) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) referiram que as alterações têm a ver com a diminuição de despesas e com a maior eficácia e agilidade de gestão, consubstanciando uma decisão política, podendo os deputados dirigir perguntas ao Governo sobre a matéria, não se justificando a audição dos responsáveis das entidades em causa.

O deputado Pedro Delgado Alves (PS) defendeu que embora se trate duma decisão política pode ser escrutinada e é importante saber quais serão os efeitos das alterações.

O requerimento foi rejeitado com os votos contra dos deputados do PSD e do CDS-PP, registando os votos a favor dos do PS, do PCP, do BE e do PEV.

14. Audiência à Comissão de Trabalhadores da RTP – 16H00

Estiveram presentes, em representação da Comissão de Trabalhadores, os Srs. António Luís Faria, Ângela Castelo Branco e Cristina Fidalgo, que apresentaram as suas preocupações, designadamente, em relação à situação dos arquivos da rádio e da televisão pública e sobre o futuro do Museu da Rádio e da Televisão.

Intervieram, na audiência, os Srs. Deputados Nilza de Sena (PSD), Inês de Medeiros (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Ana Drago (BE) e Carlos Enes (PS), que colocaram algumas questões, nomeadamente sobre a situação dos arquivos e a sua importância para a garantia do serviço público, os custos da consulta dos documentos para estudantes e a possibilidade da sua rentabilização junto de outras entidades, a cedência gratuita de documentos ao Sport Lisboa e Benfica, a possibilidade de o arquivo ser adstrito a outra entidade pública, a viabilidade de o Museu da RTP ser integrado no Museu das Comunicações, as consequências da privatização da RTP para o arquivo, a extensão do espólio e perigos do seu espartilhamento, as perspectivas para os funcionários, a integração dos arquivos das Regiões Autónomas na RTP nacional, em caso de privatização, e ainda se se confirma a informação de que o MPLA terá manifestado interesse na compra da Tobis.

Respondendo às questões colocadas, os representantes da Comissão de Trabalhadores reconheceram que o preço da consulta dos documentos para os cidadãos é elevado, ainda que tenha sido fixado numa Portaria de 1991, que não sofreu, entretanto, quaisquer actualizações. Informaram ainda que o arquivo não dispõe de capacidade para receber várias pessoas em simultâneo.

No que diz respeito às valências do arquivo, referiram-se à extinção da produção de conteúdos para escolas, cabendo agora ao arquivo apenas as funções de restauro, arquivo e conservação.

Referiram-se ainda ao facto de a direcção do arquivo não dispor de condições ou meios, humanos e financeiros, que garantam a salvaguarda dos documentos nas devidas condições, alertando para o estado de degradação em que se encontram alguns documentos, designadamente nas instalações do Prior Velho.

Em relação à cedência de documentos, a título gratuito, ao Sport Lisboa e Benfica, informaram que exigiram explicações à administração da RTP, que garantiu não estar a par de determinada situação referida nos jornais. A este respeito, a Comissão manifestou o seu desacordo em relação ao tratamento diferenciado de instituições.

Consideraram ainda que seria do maior interesse a existência de um arquivo de âmbito nacional, que constituísse um depósito legal da produção das várias estações, pese embora reconheçam a dificuldade da sua concretização, no actual contexto.

Relativamente ao Museu da RTP, entendem que o mesmo não deverá ser integrado no Museu das Comunicações, o que, a acontecer, desvirtuaria o sentido do mesmo.

Defenderam também o alargamento do arquivo às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, lembrando que o arquivo da RTP na Ilha Terceira está a ser gerido por uma empresa privada.

A [documentação da audiência](#), incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na página da Comissão, na Internet.

15. Plano de Actividades

Adiado.

16. Outros assuntos

O Presidente da Comissão informou que, na sequência da audição dos responsáveis da Academia Nacional de Belas-Artes, a propósito do pedido respeitante à Concessão de Honras de Panteão Nacional, com transladação para o mesmo, de Passos Manuel, e da posição dos Grupos Parlamentares em relação ao mesmo, foi ainda pedida uma estimativa de custos, a qual aponta para 50.000€.

Nessa sequência, informou que vai remeter o respectivo processo à Presidente da Assembleia da República (PAR), para ela o submeter à apreciação dos órgãos competentes da AR.

O deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que entende que a Comissão não deve pronunciar-se, deixando aos Grupos Parlamentares a decisão quanto à apresentação ou não de um Projecto de Resolução para o efeito.

O deputado Pedro Delgado Alves (PS) sugeriu que se refira à PAR que a Comissão se associa à homenagem a Passos Manuel, embora eventualmente sem transladação.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que pretende consultar a direcção do seu Grupo Parlamentar.

Na mesma linha, a deputada Conceição Pereira (PSD) referiu a reponderação por parte do PSD.

Por último, o Presidente da Comissão referiu que vai remeter à PAR um ofício sobre o pedido da Academia e a audição realizada na Comissão e deixar-lhe a decisão, em conjunto com a Conferência de Líderes e o Conselho de Administração.

17. Data da próxima reunião

25 de Outubro de 2011 – 15h00

26 de Outubro de 2011 – 10h00

A reunião foi encerrada às 18:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de Outubro 2011

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A acta foi aprovada na reunião da Comissão de 25 de Outubro de 2011.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Ana Jorge
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Laurentino Dias
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria Manuela Tender
Rita Rato
Rosa Arezes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emídio Guerreiro

De: "José Jorge Letria (Mestre)" [mailto:jiletria@spautores.pt]
Enviada: quarta-feira, 12 de Outubro de 2011 18:10
Para: Maria Gabriela Canavilhas
Assunto: RE: Protocolo SPA GDA e MC

Cara Senhora Deputada,

Acabo de confirmar junto dos dois membros da Administração que estiveram presentes na audiência com o SEC que, apesar de ter sido mencionada por aquele membro do governo a existência de um parecer jurídico desfavorável relativamente ao Gabinete de Exportação da Música Portuguesa, nenhum deles aderiu a esse tipo de argumentação, desde logo porque não se encontravam mandatados pela Administração para esse efeito e também por não ser esse o entendimento das estruturas dirigentes da SPA, que tanto se envolveram no processo de concretização deste projecto.

Um abraço grato e amigo,


José Jorge Letria
Presidente do Conselho de Administração



Av. Duque de Loulé, 31 - 1069-153 Lisboa
Tel: (351) 21 359 44 00 Fax: (351) 21 353 02 57
E-mail: geral@spautores.pt
Portal web: www.spautores.pt

Administração
Tel: (351) 21 359 44 09
E-mail: administracao@spautores.pt

*Apresentado em reunião da
CECC pela Sra. Deputada Gabriela
Canavilhas, na sequência do envio de 12/10/11.
Distribuição - 8 a todos membros
da CECC, como solicitada pela
Sra. Deputada Gabriela Canavilhas.*


18.10.11



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Informação

[Projecto de Resolução n.º 104/XII \(1ª\)](#) – (GP/PCP)

Discussão ocorrida nos termos do art.º 128.º n.º1 do RAR, em reunião da Comissão de 18/10/2011

Realização de Auditoria para apuramento das irregularidades verificadas no concurso de colocação de professores por Bolsa de Recrutamento n.º 2

1. Dez Deputados do Grupo Parlamentar do PCP tomaram a iniciativa de apresentar o Projecto de Resolução (PJR) n.º 104/XII (1.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do nº 1 do artigo 4º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 07 de Outubro de 2011, tendo sido admitida a 13 do mesmo mês, data na qual baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.
3. O Projecto de Resolução foi objecto de discussão na Comissão, na reunião de 18 de Outubro de 2011.
4. A discussão ocorreu nos seguintes termos:

O deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o Projecto de Resolução, que recomenda, em suma, que se solicite à Inspeção-Geral da Educação uma auditoria ao processo de colocação de professores através da Bolsa de Recrutamento n.º 2, para se identificarem as distorções verificadas e a sua origem e se tomarem as medidas para que as vagas anuais não sejam lançadas como mensais e para que as listas de graduação e colocação de professores sejam públicas e acessíveis a todos os intervenientes.

Justificou a recomendação com o facto de haver inúmeras indicações de escolas que tiveram de lançar como mensais vagas que eram anuais, verificando-se que 70% das vagas eram mensais e 30% anuais, contrariamente ao que aconteceu em anos anteriores. Esclareceu ainda que o ponto 2 do Projecto de Resolução vai ser alterado, sendo o novo texto remetido à Mesa do Plenário, para ser levado em conta aquando da votação.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que o seu Grupo Parlamentar não pode votar favoravelmente o Projecto de Resolução, dado que, quer na exposição de motivos, quer na parte resolutiva, se pressupõe que houve manipulação de dados. Assim, o GP do CDS-PP vai apresentar também um Projecto de Resolução, a recomendar a realização de uma auditoria ao processo de colocação de professores através da Bolsa de Recrutamento n.º 2, a realizar pela Inspeção Geral de Finanças.

O deputado Amadeu Albergaria (PSD) mencionou que apoia a proposta do CDS-PP, com quem apresentarão um Projecto de Resolução conjunto e imparcial, sem posições valorativas. Salientou ainda que não há prova de ter havido manipulação no concurso e que não têm dúvidas quanto à legalidade do processo.

O deputado Acácio Pinto (PS) referiu que houve casos de escolas que tentaram lançar horários anuais e só lhes foi permitida a introdução de horários mensais. Informou ainda que já fizeram uma pergunta ao Governo sobre esta matéria e vão apresentar um Projecto de Resolução, para se clarificar a situação e se dar honorabilidade aos concursos.

Por último o deputado Miguel Tiago (PCP) defendeu a existência de posições valorativas na exposição de motivos e argumentou que o que está em causa não é a plataforma informática, pretendendo o PCP uma investigação clara e verdadeira.

5. Realizada a discussão, cuja [gravação áudio](#) se encontra disponível no processo do Projecto de Resolução, na Internet, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação do Projecto de Resolução na sessão plenária, nos termos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 18 de Outubro de 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(José Ribeiro e Castro)